



XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO: (DES)OCULTAR REGULAÇÕES DE FORÇAS NO INTERIOR DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Jussara Biagini

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG
jussarabiagini@hotmail.com

Mabel Rocha Couto

Universidade de Campinas - UNICAMP
mabelrcouto@gmail.com

Resumo- Esta comunicação visa esboçar um breve quadro reflexivo sobre entendimentos de políticas de avaliação, a fim de pontuar proposições conceituais e ideológicas que (des)ocultam regulações de forças no interior das Instituições de Educação Superior brasileira. Para tanto, desenvolve-se uma incursão por estudos teóricos, legais e oficiais que tomam a temática em apreço como objeto de análise. O procedimento investigativo estrutura-se no enfrentamento do risco metodológico de não aplicar roteiros explicativos às informações e dados apurados desse trabalho incursivo por teorias e por discursos legais e oficiais. Considerando que há limites neste trabalho, expressa-se que sua contribuição analítica-reflexiva consiste em descortinar as razões sobre “*o que é avaliar*” e “*para que avaliar*”.

Palavra-chaves: Política; Avaliação; Regulação; Educação Superior; Instituição

A avaliação tomada em sua complexidade pressupõe conceber três eixos de estudos: “*avaliação de*”, “*avaliação para*” e “*avaliação como*”. O primeiro eixo trata-se de avaliar resultados; o segundo eixo refere-se à validação conceituais e ideológicas condizentes com a (re)significação de processos de ensino, de formação, de investigação e de atividades extensionistas¹ de uma estrutura de educação, e o terceiro eixo pondera-se a respeito de concepções relativas à auto-avaliação, de modo que seja aferido juízo de mérito e/ou valor interno ao próprio objeto avaliado. Aludir limites e possibilidades de provir mediações entre esses eixos insinua desafios no campo teórico, político e educacional. Por essa premissa, não se deve considerar a avaliação por caráter de receituário, uma vez que se considera que avaliar pauta e é pautada por condições de dominância de quem avalia. Percebe-se, nesse processo, inevitavelmente, conotações de poder, de princípio de controle e de ética. Os imperativos reflexivos dessas conotações podem descortinar as razões sobre “*o que é avaliar*” e “*para que avaliar*”.

A avaliação apresenta-se não somente como uma questão técnica, mas, também, constitui-se em uma força política muito efetiva. Seus objetivos mais comuns inserem-se no propósito de promover ajustes, classificações e, conseqüentemente, hierarquias entre e/ou dos

¹Esclarece-se que atividades e/ou ações extensionistas tem como efeito de sentido a prestação de serviços que a(s) Instituição(ões) de Educação Superior desenvolve junto a ordem socio-política e ordem produtiva-econômica de uma dada sociedade.

objetos avaliados. No âmago das Instituições de Educação Superior tal propósito indicia tomada de decisões políticas quanto à oferta de fomentos (materiais e simbólicos) que resultam em credenciamento e descredenciamento da(s) Instituição (ões). A avaliação tende propiciar uma configuração da imagem e/ou do prestígio da(s) Instituição (ões) na ordem política, acadêmica e social.

Destaca-se que nas últimas décadas do século passado, a avaliação tomada em sua complexidade, traduz-se em processo de apuração de informações e dados orientados pela preocupação com a eficácia, com a utilidade, com a rentabilidade e competitividade nos/dos sistemas educacionais. Avaliar implica, fortemente, uma dimensão de política, na medida em que esse processo de apuração legitima “*valorações*” úteis de medidas e de modelos que expressem quanto o objeto avaliado é eficaz, útil, rentável, competitivo. Consta-se que os sistemas educacionais vem sendo moldados por uma ótica economicista e mercadológica, a qual estrutura a ordem da produção capitalista. Portanto, assiste-se a uma (re)localização quanto à tomada de decisões em educação, de forma a estabelecer novos contornos no mapeamento de seus poderes e princípios de controle. Sobrinho (1993) compreende que tal legitimação está implicada por fórmula ideológica que gera perfil tanto do avaliado quanto do avaliador

Esta comunicação, *ora proposta*, visa esboçar um breve quadro reflexivo sobre entendimentos de políticas de avaliação, a fim de pontuar proposições conceituais e ideológicas que fazem (des)ocultar uma regulação de forças no interior das Instituições de Educação Superior- IES². O *locus* investigativo incide sobre a Educação Superior brasileira, onde se percebe que a temática da avaliação vem adquirindo pouco a pouco grande relevância para as instituições e para o sistema educacional. Várias são as razões que sistematizam essa relevância, destacam-se aqui quatro razões estruturantes: em primeiro lugar, assinala-se a exigência de um projeto de elevação da qualidade do ensino das instituições, tendo como eixos estruturadores a promoção da competitividade, da eficiência e da produtividade do ensino, da investigação e das atividades extensionistas. No delineamento de uma preocupação em mensurar esses eixos, a qualidade acadêmica, tem-se a responsabilização por parte das Instituições pelo êxito ou fracasso da Educação Superior.

Uma segunda razão enquadra-se a implementação de um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior no Brasil – SINAES³. O apresto desse sistema obriga as instituições a estabelecerem programas próprios de avaliação, de forma a criar e/ou fortalecer uma cultura avaliativa em cada IES. Essa cultura avaliativa traz no bojo uma standardização dos resultados com a publicização e estratificação da eficácia da produção do ensino, das investigações e das atividades extensionistas realizadas nas/pelas IESs. Os pressupostos teóricos e práticos que subjazem os SINAES imperam, imediatamente, a necessidade de realizar reflexões sobre os incômodos, as reproduções, as negações e as possibilidades que vem sendo provocados nas/pelas Instituições. É preciso considerar que a aplicação da avaliação, mesmo pressupondo uma construção ideológica voltada à difusão democrática, não vem, necessariamente, acompanhada de práticas democráticas e emancipatórias, bem como também não são capazes de imprimir, por si só, o caráter democrático e emancipatório à Instituição de Educação Superior, conforme observa Souza e Oliveira (2003). Nessa

²Declara-se que como forma de otimizar entendimentos a respeito das informações e dados expostos nesta comunicação toma-se a sigla IES para significar Instituições de Educação Superior.

³ SINAES é formalmente instituído após um período de discussão e negociação no Congresso Nacional Brasileiro por meio da Lei 10.861 aprovada no dia 14 de abril de 2004.

perspectiva, torna-se imprescindível decortinar a lógica implícita das políticas de avaliação que se encontram nos SINAES, de modo que se considere interpretações simplicadoras em relação ao que está ou sendo consolidado pela avaliação.

Um terceiro motivo refere-se a implementação de *ranking* entre as instituições que são classificadas/desclassificadas/reclassificadas. Ao pôr em tela o potencial de uma espiral acendente/descendente, sobretudo política, de certa instituição de ensino, faz (des)cortinar o desenho de um *ethos* competitivo entre as instituições, no sentido de que as mesmas almejem galgar melhores posicionamentos estatísticos pelo vigor de seus resultados (produtividade).

A outra razão vincula-se à importância reforçada à avaliação como atividade que possibilita desvendar o descompasso entre o trabalho científico-acadêmico desenvolvidos pelas IES e as necessidades e expectativas da sociedade. Promover avaliação das instituições embute à prerrogativa política de se prestar contas à sociedade a respeito dos recursos (matérias e simbólicos) utilizados no ensino, na investigação, nas atividades de extensão e na definição de parâmetros de qualidade alcançados na/pela educação ofertada.

A determinação do complemento e da interdependência dessas quatro razões estruturantes tende revelar posições, crenças e proposições sobre: *avaliação de, avaliação para e avaliação como*. Na onda em que se (re)fortalece a relevância da avaliação para as instituições (e para o sistema educação) é preciso considerar os seguintes preceitos conceituais e ideológicos: a) ponderar e determinar indicadores sobre o que se avalia, implica em atentar para as ações reais e específicas de ensino, de investigação e de atividades extensionistas de cada instituição (e do sistema educacional); b) avaliar não se reduz a soma de escores de desempenho ensino, da investigação e de extensão alcançado pela instituição; c) avaliar pressupõe depurar condições efetivas oferecidas à e pela instituição, para prover juízo de mérito e/ou valor de sua produção acadêmica, científica e extensionista; d) avaliar implica primordialmente a existência de um projeto institucional e de política acadêmica, científica e extensionista como bases para o estabelecimento de critérios e de processos avaliativos.

É oportuno destacar que, no Brasil, a tipologia das IESs foi redefinida pela Lei de Diretrizes e Bases Nacionais – LDBN nº 9.394/96. Essa tipologia particulariza a seguinte organização acadêmica para Educação Superior brasileira:



F.1 Organização Acadêmica da Educação Superior Brasileira a partir da LDBN nº 9.394/96

Para efeito de entendimento do detalhamento dessa organização acadêmica explicita-se que:

a) Universidades são as instituições pluridisciplinares, que se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, investigação e de extensão e por terem, obrigatoriamente, em seu quadro docente, 1/3 de professores com titulação de mestrado e doutorado e 1/3 de professores em regime de trabalho integral.

b) Universidades Especializadas caracterizam-se por concentrar suas atividades de ensino e de pesquisa num campo do saber, tanto em áreas básicas como nas aplicadas, pressupondo a existência de uma área de conhecimento ou formação especializada dos quadros profissionais de nível superior.

c) Centros Universitários configuram-se como uma modalidade de instituição de ensino superior pluricurricular. Esses centros são caracterizados pela oferta de ensino de graduação, qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico proporcionadas à comunidade escolar. Esses Centros, tanto quanto as universidades, gozam de algumas prerrogativas de autonomia, podendo criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos cursos já existentes. Não estão obrigados a manter atividades de pesquisa e extensão.

d) Centros de Educação Tecnológica e Centros Federais de Educação Tecnológica são instituições especializadas de educação profissional pós-secundária, pública ou privadas, com a finalidade de qualificar profissionais, nos vários níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar atividades de Pesquisa e Desenvolvimento, produtos e serviços, e estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

e) Institutos Superiores de Educação visam à formação inicial, continuada e complementar para o magistério da educação básica, podendo oferecer os seguintes cursos e programas: curso Normal Superior para licenciatura de profissionais para a educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental; curso de licenciatura para a formação de docentes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio; programas de formação continuada para atualização de profissionais da educação básica, nos diversos níveis; programas especiais de formação pedagógica, para graduados em outras áreas que desejem ensinar em áreas específicas das séries finais do ensino fundamental e do ensino médio; e pós-graduação de caráter profissional para a educação básica.

f) Estabelecimentos isolados ou faculdades isoladas são instituições desenvolvem um ou mais cursos com estatutos próprios e distintos para cada um deles.

Na expressão de uma hierarquia em que se alocam lugares distintos para as instituições de educação superior, evidencia-se um *status elevado* posto para cada instituição. Esse *status elevado* centra-se sobre os “princípios organizativos” que alcinham e distinguem as IES brasileiras. A produção (acadêmica, investigativa e extensionista) exigida a cada instituição atrela-se ao lugar ocupado nessa hierarquia. Parece inegável considerar que a percepção desse *status elevado* pode apresentar efeitos nas intenções e nos resultados

políticos de avaliar as IESs, o que tende a (des)ocultar forças regulativas no interior de cada instituição e entre elas

Importa mencionar, ainda, que a tipologia de instituições superiores indicadas pela IESALC (Instituto Internacional para la Educación Superior en América Latina y el Caribe), não corresponde à forma como são definidas as IES no Brasil. As IES brasileiras determinam-se a partir das seguintes nomeclaturas:

- a) **Públicas e Privadas**, sendo que as instituições públicas são ofertadas pelas esferas administrativas: Federal, Estaduais e municipais
- b) **Empresariais**, tal categoria existe unicamente entre as instituições privadas, em função da especificidade da instituição mantenedora, ou seja, são mantidas por grupos empresariais ou empresários, como instituições lucrativas.
- c) **Religiosas**: é no campo privado que aparecem as instituições denominadas de confessionais, vinculadas a uma Diocese, ordem religiosa (jesuíta, salesiana, marista, etc.) ou, ainda, a uma denominação religiosa (tais como Luterana, Metodista, etc.)
- d) **Técnicas**: a este tipo corresponderiam no Brasil as IES especializadas quando estruturadas com ênfase em áreas de engenharia e tecnológicas, em geral, como é o caso dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET'S) e nos Centros de Educação Tecnológica (CET'S).
- e) **Militares**: mencionam-se, aqui, os institutos ligados ao exército brasileiro (Instituto Militar de Engenharia/IME) e à aeronáutica - (Instituto Tecnológico da Aeronáutica/ITA) que formam recursos humanos em diferentes especialidades no campo das engenharias.

É dentro de um quadro teórico no qual se entende que avaliação precede além da elaboração de um repertório instrumental-metodológico do “*como*” fazer, desenvolve mecanismo de poder e de princípios de controle, pois, explicitam ou encobrem as condições de dominância de “*quem*” decide e do “*propósito*” de avaliar, que se pretende complexificar um quadro reflexivo sobre avaliação docente, de modo que se possa pontuar proposições conceituais e ideológicas que fazem (des)ocultar uma regulação de forças no interior das Instituições de Educação Superior- IES, conforme mencionado anteriormente. O procedimento investigativo estrutura-se no enfrentamento do risco metodológico de não aplicar roteiros explicativos à incursão por teorias e discursos. No processo de aproximação de determinadas concepções epistemológicas, as autoras desta comunicação revelam-se como sujeito-objeto do estudo realizado e, ao mesmo tempo, evidenciam a preocupação em não deixar que suas referências teóricas mistifiquem o processo de análise. Ao considerar que a reflexão de uma realidade, apresenta em sua comunicação, uma face oculta, a ideologia, ajeita-se uma sequência de questões depuradas a partir da recolha de informações e dados teóricos e discursivos apreendidos de uma incursão teórica.

Com base no paradigma avaliativo proposto Tyler (1949) enfatiza-se que a avaliação consiste em um processo essencial para a verificação do alcance dos objetivos educacionais mediante a estrutura curricular do curso, o arranjo de conteúdos disciplinares, a metodologia de ensino e o desenvolvimento processo ensino-aprendizagem. Os processos avaliativos adotados na/para a Educação Superior brasileira, a partir da publicação da LDB/96, instituem “diagnósticos”, “diretrizes” e objetivas e metas “para essa educação”. Nas diretrizes específicas para tal modalidade de educação superior e para a regulação do sistema educativo nacional, se expressa que -” nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior “. É posto a necessidade de” planejar a expansão com

qualidade, evitando-se o fácil caminho da massificação “. Para lidar com a necessária expansão do sistema educacional, enfatiza-se a importância de se garantir a qualidade da educação ofertada por Instituição nem que se ministra o ensino, a investigação e a extensão. Propaga-se ser imperioso melhorar a qualidade o ensino, a investigação e atividades extensionistas providos na/pela educação oferecida. Consequentemente, considera-se a necessidade de se instituir um instrumento adequado à institucionalização de um amplo sistema de avaliação.

Ao considerar os processos e modelos avaliativos adotados no Brasil nos últimos 20 anos, as avaliações na/da Educação Superior são demarcadas por uma lógica binária, na qual se concebe um território contestado. De um lado, dissemina-se a percepção de que a instituição deva estar a serviço do mercado, tendo como função principal a formação do capital humano que se volta para o atendimento das demandas mercados. Há deste modo, um encorajamento para que essa formação impulse o fundamento de um *quase mercado educacional*. A avaliação proposta para esse *quase mercado educacional* firma-se na perspectiva de mensurar a eficiência funcional dos serviços formativos, acadêmicos e ensino que as instituições de educação superior prestam aos seus clientes. O “bem comum educativo” (ler-se o conhecimento) passa a ser substituído por “bens” diversos, desigualmente acessíveis. A avaliação proposta para se formar esse *quase mercado educacional* firma-se na perspectiva de mensurar a eficiência funcional dos formandos das instituições de educação superior e dos seus produtos como fator de incremento da capacidade concorrencial do país (Macebo e Lopes da Rocha, 2002)

Ao analisar o processo implementação de processos avaliativos na/para a Educação Superior brasileira, Dias Sobrinho (1998) aponta que a racionalidade da avaliação requerida e provida pelos governos, especialmente por intermédio do Ministério da Educação brasileiro, concentra-se nos seguintes propósitos:

“orientar as matrículas, distribuir recursos, financiar determinadas pesquisas ou certos grupos pesquisadores, conceber bolsas e outras formas de apoio, habilitar, reconhecer ou credenciar cursos e instrumentos, etc, influenciando decisivamente no perfil ou no” padrão de qualidade “desejado para instituições de educação superior” (p.5)

A outra lógica de avaliação contrapõe a importação linear de valores competição, concorrência, excelência, produtividade, etc. e modelos de gestão empresarial, como referentes para avaliar o serviço público de educação superior. Avaliar implica, portanto, o desenvolvimento de práticas acadêmico-críticas que superem os limites da reprodução da ordem dominante, na qual as competências requeridas ultrapassam os preceito de valorar capacidades e habilidades estritamente vinculadas às necessidades do mercado. Os processos avaliativos são tomados com propósito de favorecer a capacidade de pensar criticamente e de (re)construção de conhecimentos, libertos de um poder burocrático de poder e de princípio de controle (Macebo e Lopes Rocha, 2002, p.62)

Entrelaçada à dinâmica avaliativas na/pela IES tem-se o conceito de regulação instituído pela preposição de uma flexibilização no enunciar dos processos formativos e de uma rigidez na apuração da eficiência dos resultados alcançados. Barroso (2005) compreende que a regulação é um processo característico de qualquer sistema, sua principal função consiste, não somente, em assegurar o equilíbrio ou a coerência, mas também a transformação desse mesmo sistema. Regular implica em instaurar uma dinâmica de regras que orienta o funcionamento do sistema.

Os atos regulativos no interior das instituições de educação superior são expressos a partir do peso atribuído as atividades acadêmicas, investigativas e extensionistas. Medir o mérito dessas atividades insinua, portanto, a (re)afirmação da qualidade de uma instituição de educação superior. No Brasil, avaliar as instituições de educação superior torna-se objeto de destaque, sendo interesse político que acarreta incentivos para o surgimento de núcleos de pesquisa, de comissões permanentes e de ações de formação e capacitação de recursos humanos na área e na produção aplicada ao fomento, desenvolvimento e melhorias de instrumentos avaliativos. A avaliação como vetor de interesse político apregoa ideológica e conceitualmente subsidiar a chamada qualidade educacional reguladas mediante a apuração da eficiência e dos resultados (produtividade) do ensino, da investigação e da extensão da(s) IES(s).

Os processos avaliativos direcionados especificamente para o contexto das IES brasileiras expressam preceitos ideológicos e conceituais constitutivos de uma agenda internacional, dos quais se tem uma ampla ocupação de importância no campo das políticas oficiais direcionados a essa modalidade de educação. Esses preceitos levam a efeito a instalação de uma pedagogia da concorrência, da eficácia e dos resultados (produtividade), conforme aponta Libâneo (2012). Nesse termos, compreende-se que a instituição tem sua produção acadêmica, investigativa e extensionista resignificada, uma vez que seus poderes e seus princípios de controle são levados a efeitos, em geral, mediante:

a- atenção à eficiência, à qualidade, ao desempenho e às necessidades básicas da aprendizagem, tendo em vista a formação de competências acadêmicas e profissionais fortemente vinculadas à demanda do mercado de trabalho;

b – apreciação constante do desempenho obtidos dos alunos, desempenho esse que irá comprovar a atuação eficaz e a qualidade do ensino, da investigação e das extensões como trabalho de desenvolvimento IES;

c- criação e incentivo as condições (materiais e simbólicas) para que se aumente a competição entre as instituições a partir da atribuição de méritos com fins classificatórios da IES no *ranking* da qualidade, eficiência e da produtividade (resultado).

A dinâmica avaliativa das IESs brasileiras está intimamente relacionada o lugar que ocupa na organização acadêmica da Educação Superior do país, de modo a fomentar e fortalecer uma estrutura hierárquica entre as instituições. O manifestar de *status elevados* de determinadas Instituições, porque são colocadas no ápice dessa hierarquia, faz julgar perspectivas de pouca veemência de mérito e reconhecimento de qualidade em termos de produção (acadêmica, investigativa e extensionista). Têm-se, então, a formulação de um “*significado simbólico*” e de “*significado prático*” indicando publicamente quais aspirações e intenções estão inseridas na avaliação e que são tomadas por parte da Instituição avaliada: a alocação nessa estrutura hierárquica incorporando mérito e qualidade de sua produção.

A afirmação de uma política de avaliação nunca é destituída de vínculos estratégicos de prover projetos interessados para uma área específica da educação. Por conseguinte, o grupo que expressa condições de dominância de decisão em educação busca estabelecer visões sociais particularizadas e interessadas de educação, o que tende a produzir regulação quanto à formação do sujeito, recortes culturais, produção e reprodução de conhecimento que se quer divulgar e vão nortear a produção de uma dada Instituição. A atual política de avaliação voltadas as IESs brasileiras configura-se em uma seletividade consagrada e na

transformação da instituição em instrumento para se promover uma pedagogia da concorrência, da eficácia e dos resultados (produtividade). Nessa perspectiva, compreende-se que condições de dominância de “*quem*” decide e dos propósitos de avaliar versam sobre a identificação de indicadores e de dimensões em que o desempenho de uma instituição é considerado satisfatório ou não. Esses indicadores e dimensões tem por finalidade básica a regulação e controle centralizado na mensuração das seguintes informações e dados:

- Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI;
- Políticas para ensino, pesquisa e extensão;
- Responsabilidade social;
- Comunicação com a sociedade
- Política de pessoal, carreira docente e de técnico-administrativo;
- Organização da gestão;
- Infraestrutura física;
- Política de atendimento estudantil;
- Planejamento de avaliação;
- Sustentabilidade financeira.

Em “*Da ideia de universidade à universidade de ideia*” (Santos, 1998) apreende-se três impressões de (des)ocultamento de regulação no interior das IESs: a) alteração e/ou afirmação do “*tipo de conhecimento vale mais*”, o que tende (des)estruturar as relações de poder e princípios de controle na/da instituição; b) (in)certezas em relação “*o que se produz*” e “*para quem*”; c) responsabilidade ampliada para prover as condições, os meios e todos os recursos necessários para o ótimo funcionamento da produtividade (acadêmica, investigativa e extensionista).

Avaliação não é nada neutra. Avaliar uma dada Instituição de Educação superior não implica, essencialmente, querelas técnicas do “*como fazer*”, mas, também expressa as condições dominância de “quem” decide e do(s) propósito(s) avaliativo(s). na perspectiva de adotar aferições de juízo, de mérito e/ou valor a uma IES. Ao atentar para organização acadêmica da Educação Superior brasileira, pós LDBN/96, faz (des)cortinar posições políticas que portam limites e possibilidade de alcançar a eficiência, a qualidade, o desempenho de resultados (produtividade) da IES, considerando sua locação nessa organização.

A busca pela eficiência, pela qualidade, pelo desempenho de resultado (produtividade), requer vontade política e um desafio ideológico-conceitual por parte IES. Cabe a cada instituição prover as condições, os meios e todos os recursos necessários para otimizar os processo de avaliação; envolver seus profissionais no trabalho avaliativo por meio da participação; garantir acesso específico das informações e dados apurados. Isso demanda introduzir, de forma sistemática, a avaliação de processos, produtos e comportamento, envolvendo, ainda, os aspectos: institucional, acadêmico e administrativo.

Importa ter em atenção que a projeção de processos de avaliação como um instrumento importante e elevação da qualidade, da eficiência e do desempenho (produtividade) pode conduzir à construção de instituições de educação superior produtora e crítica. Para tanto, torna-se necessário descortinar os contornos de muitas propostas teóricas, políticas e educacionais que apontam para uma visão de avaliação conducente com racionalidade técnica que se identifica e fortalece a “cultura positivista”. Giroux (1998) compreende que a racionalidade técnica é ressaltada quando se relega as políticas institucionais a uma espera passiva de teoria e práticas educativas. A partir dos estudos

Habermas (1987) infere-se que racionalidade técnica, em oposição à racionalidade hermenêutica e a racionalidade emancipatória, é certa, neutra e objetiva, acentua o controle e a mensuração dos resultados.

Pautando-se na idéia de que a avaliação tomada em sua complexidade explana a apuração de informações e dados guiados pela apreensão de elevar e regular a qualidade, a eficiência, o desempenho de resultado (produtividade), pondera-se que processos, procedimentos e instrumentos avaliativos sejam adotados considerando a capacidade de produção (ensino, pesquisa e extensão) inerente de cada instituição. Na especificidade da realidade brasileira, em que a organização acadêmica da Educação Superior explicita uma hierarquia para alocar posições diferentes (posições desiguais) para as instituições, expressa-se a necessidade de (re)significação da capacidade de produção de cada instituição.

Do que foi exposto de forma sucinta e, às vezes, por demais rápido, esboçou-se um quadro reflexivo sobre entendimentos de políticas de avaliação, foram pontuadas proposições conceituais e ideológicas que fazem (des)ocultar uma regulação de forças no interior das instituições de Educação Superior, tem-se como contexto analítico a realidade educacional brasileira. No processo de aproximação de determinadas concepções epistemológicas sobre temática em apreço as autoras desta comunicação revelam-se como sujeito-objetos do estudo realizado e, ao mesmo tempo, evidenciam a grande preocupação em não deixar que suas referências teóricas mistifiquem o processo de análise.

O que há de mais significativo neste trabalho assenta-se na consciência de manifestar limites. Contudo, destaca-se que as afirmações e dados aqui apresentados foram estruturados o mais objetivamente possível. O estudo investigativo está respaldado na atitude de se considerar que políticas de avaliação são desejáveis e necessárias para o desenvolvimento da Educação Superior. Contudo, o aporte teórico, legal e oficial aqui referenciado explicita a necessidade de rever os princípios, os objetivos e usos que se tem feito dessas políticas, sobretudo no contexto educacional brasileiro. Assim, na pauta discursiva do Colóquio Internacional de Gestão Universitária a temática: políticas de avaliação: (des)ocultar uma regulação de forças no interior das Instituições de Educação Superior expressa uma realidade investigativa rica e complexa, em que imperativos reflexivos podem descordinar as razões sobre “o que é avaliado” e “para que avaliar”.

Referencia bibliografica

- SANTOS, BOAVENTURA, S. (2008). Das ideias de Universidade à ideia de universidade fins sem fim. In. SANTOS, BOAVENTURA, S. Plea ma o de alicé: o social e o político na pos-modernidade. São Paulo: Cortez
- DIAS SOBRINHO, José. (1993). *Avaliação da UNICAMP*. Campinas: UNICAMP.
- GIROUX, H. (1998) Os professores como intelectuais – rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas.
- HABERMAS, J. (1987). *Dialética e Hermenêutica*. Porto Alegre: LPM.
- MANCIBO, D e ROCHA, M Lopes da (2002). Avaliação na educação superior e trabalho docente. *Interações* [online]. vol.7, n.13, pp. 55-75.
- TYLER, R. (1949). *Basic Principles of Curriculum and Instruction*. Chicago: University of Chicago.
- SGUISSARDI, V (1994) *Universidade, fundação e autoritarismo: o caso da UFSCar*. São Paulo: Estação Liberdade; São Carlos: EDUE.

SOUZA, S, Z L; OLIVEIRA, R P. (2003) Políticas de avaliação e quase mercado no Brasil. Edu. Soc., Campinas, vol 24, n84, p873-895, set.